

DESMITIFICAÇÃO DE CHICA DA SILVA PELA HISTORIADORA JÚNIA FURTADO

Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, 403 pp.

Por causa do preconceito, Chica da Silva jamais é mostrada em sua inteireza. Nem o justíssimo Joaquim Felício dos Santos escapou ao chamá-la “negra boçal”. O romancista Paulo Amador, em *Rei Branco, Rainha Negra*, mostra uma outra Chica da Silva, a verdadeira. Esta surge da narrativa elegante, mostrando o nascimento e o desdobrar de um sonho de liberdade que acabaria de criar em Diamantina a primeira democracia racial do mundo, que incorporou o negro como cidadão. Acima de tudo, *Rei Branco, Rainha Negra*, é o relato emocionante da luta do povo de Diamantina contra o absolutismo português, em que Chica teve comando de generala.¹

O texto da contracapa do romance de Paulo Amador elucidada bem quão complexo é o objetivo principal de Júnia Ferreira Furtado em *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, ao buscar liberar o mito de Chica da Silva de estereótipos que lhe foram imputados ao longo do tempo. Representações negativas ou erotizadas da escrava que se casou com o homem mais importante do arraial do Tejuco, no século XVIII; história que surge no período de consolidação da família patriarcal mineira e acaba por se converter, no século XX, em um dos símbolos da democracia racial; uma mulher de ori-

gem escrava que buscou estratégias de ascensão social via branqueamento é, nas inúmeras variações da construção mítica, representada como uma heroína de um imaginário movimento de resistência ao poder colonial português.

Todos esses nós discursivos são perseguidos exaustivamente no estudo historiográfico de Júnia Furtado, no intuito de tirar a ex-escrava Francisca da Silva de Oliveira do mito e inseri-la na história social, relacionando-a às demais mulheres forras em condições semelhantes às dela. Nesse percurso analítico, as relações entre história e ficção não só se mostram íntimas, mas, sobretudo, embaraçosas, já que, como é demonstrado na obra, o estereótipo ocupa todas as brechas

¹ Paulo Amador, *Rei branco, rainha negra*, Belo Horizonte, Editora Lê, 1990.

onde a imaginação pode atuar. Dessa forma, o estudo ora apresentado demonstra que as imagens que têm sido construídas de Chica estão perpassadas pelas contradições próprias do discurso estereotípico, mostrando-se simplificadas por serem um tipo de representação fixa da realidade.

Para descortinar as contradições desse mito, a autora distribui seu estudo em onze capítulos, através dos quais procura em documentos oficiais (livros de batismo, listas de irmandades, ordens régias, processos, petições, testamentos, etc.) os registros de Francisca da Silva de Oliveira, no decorrer da história. Dentro dessa perspectiva, o outro propósito do livro é decorrente da opção metodológica da historiadora: buscar (re)construir a vida social de Chica da Silva, no seu percurso de escrava à ex-escrava que se insere na elite de Diamantina do século XVIII.

Embora nessa escolha metodológica fique patente que a história íntima de Chica não será privilegiada, a partir da farta documentação utilizada na pesquisa, a historiadora se aventura a embrenhar-se nas emoções, nos desejos e nos pensamentos dos personagens que fizeram parte da trajetória de Chica da Silva. Geralmente, lança mão desse recurso narrativo através de detalhadas descrições a partir do ponto de vista de alguns desses personagens, como quando narra o possível deslumbramento de João Fernandes diante da

exuberante natureza, ao deixar a casa do pai e seguir viagem para o Rio de Janeiro, escrevendo que “Seus olhos certamente se deslumbraram com as florestas cuja vegetação era composta de um verde carregado [...] preparando-o para a nova fase de sua vida que se anunciava” (p. 89). Entretanto, essas espécies de incursões pelo imaginário não se descolam das informações documentais, acabando por conferir ainda mais veracidade à reconstituição da vida da chamada rainha do Tejuco.

No primeiro capítulo, “Terra de estrelas”, a autora inicia a aproximação analítica do seu objeto de estudo pela apresentação dos elementos geográficos da Demarcação Diamantina, através da descrição da natureza, recorrendo a cronistas e viajantes do século XVIII para remontar o ambiente natural em que Chica provavelmente nasceu e certamente viveu. A intenção desse capítulo inicial é já levar o leitor a desfazer um dos elementos da construção mítica: a crença de que Chica era a única a conviver com a elite da região. Para isso, a autora ressalta a inserção ou o destaque de pretos, mulatos e pardos na sociedade do Arraial do Tejuco, a partir do resultado do censo por domicílio, realizado em 1774, demonstrando o quanto havia proximidade numérica entre homens brancos livres (193 indivíduos, 37,7%) e mulheres de cor forras (197 mulheres, 38,5%),

acabando por concluir que a sociedade mineradora era caracterizada pela fluidez e pela paradoxal ascensão econômica e de *status* das mulheres na condição de Chica da Silva. De fato, todos os capítulos do livro buscam, a partir de diferentes perspectivas, dar conta dessas duas questões principais, procurando desconstruir, desde dentro, os pilares que sustentam várias versões míticas da biografia da escrava Chica.

Dando continuidade ao seu percurso analítico, Júnia Furtado apresenta, nos capítulos dois e três, respectivamente intitulados “Chica da Silva” e “Contratadores de Diamantes”, as trajetórias da escrava Francisca e do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira. De Chica, chamada ora de parda, ora de preta, passando por Francisca da Silva, depois de alforriada, até Francisca da Silva de Oliveira, ao se afirmar no mundo livre, o segundo capítulo apresenta detalhes que afetaram sua trajetória desde sua chegada no arraial de Tejuco, em 1749, tais como a classificação dos escravos pela cor; os serviços sexuais prestados pelas mulheres escravas; a variação de nomes, utilizados de acordo com a condição ocupada ou com o interesse de ocultação do passado de trabalho forçado; e sobre o concubinato, como estratégia não oficial de ascensão das mulheres forras naquela sociedade. O terceiro capítulo, por sua vez, fun-

ciona como um contraponto à descrição da vida de Francisca, já que nele é apresentada a trajetória biográfica do contratador e o esforço de ascensão da família Oliveira, por parte do sargento-mor homônimo, pai do contratador. Nesse sentido, é descrita a infância das elites da região mineradora, mostrado-se todo o esforço do pai do contratador em investir na educação formal do filho, através de instituições de pedagogia cristã (Seminário de São Patrício, em Lisboa, e Curso de Cânones, em Coimbra), como um dos meios de elevação social. Os outros meios, que levam o leitor a compreender como o pai do contratador e ele próprio acumularam fortuna sem igual com o negócio dos diamantes, foram as cadeias de clientelismo e de amizade, através das quais integrantes dessa elite comercial se protegiam uns aos outros e lançavam mão de relações com poderosos para ascender socialmente. O capítulo termina com o retorno, em 1753, de João Fernandes de Oliveira, então desembargador e futuro contratador no Tejuco, no intuito de preparar o conteúdo dos quatro capítulos subsequentes, nos quais o relacionamento de Chica com o contratador é narrado minuciosamente dentro de um contexto social paradoxal, pois, se, por um lado, era estruturalmente bastante hierarquizado, por outro, propiciava o concubinato como estratégia de burlar o poder ofi-

cial e legitimizar, de certa forma, a relação entre casais com origens sociais e raciais diferenciadas.

No início do capítulo “Diamante negro”, a historiadora esquadriinha as condições da compra de Chica pelo contratador João Fernandes e suas possíveis intenções de alforriá-la, para que fosse sua companheira, tendo em vista que a escrava parda havia sido comprada no segundo semestre de 1753 e foi alforriada em dezembro do mesmo ano, uma exceção à regra de alforria da sociedade escravista das Minas mineradora, em que, geralmente, as concubinas eram libertadas após a morte do dono, em testamento.

Dando continuidade à estratégia argumentativa de observar sob perspectiva crítica o mito da escrava do Tejuco, a autora, nesse capítulo, compara a trajetória dela com a de outras mulheres forras da região, no intuito de levar o leitor a se embrenhar no universo da escravidão vivido por Chica da Silva, no qual as alternativas de ascensão social para essas mulheres eram, além do concubinato, a prostituição, o apadrinhamento ou a ocultação do passado escravista, como é demonstrado na passagem em que o filho de Chica com Manuel Pires Sardinha lança mão do olvido da ascendência materna no processo de habilitação à Ordem de Cristo (2º capítulo), demonstrando que, naquele contexto sócio-histórico, o enobrecimento implicava obscurecimento do passado escravo.

Para desfazer o mito de uma Chica sensual e devoradora de homens, construído sobretudo no século XX, a partir do romance *Xica da Silva*, de João Felício dos Santos,² a autora enfatiza não só o fascínio que africanas, negras e mestiças despertavam em viajantes estrangeiros, mas também demonstra como o amor não era condição necessária ao casamento, uma convenção social entre iguais que visava à construção de alianças promotoras da elevação social e econômica dos envolvidos. Dentro dessa concepção de união oficial, a historiadora argumenta que, nas Minas Gerais, a enorme desproporção entre homens e mulheres e o grande número de negras e mulatas propiciaram as relações licenciosas. Nesse sentido, o relacionamento de Chica com o contratador não era o único da região, sua exceção encontrava-se, entretanto, na hipótese levantada por Júnia Furtado de que as atitudes de João Fernandes de Oliveira tornavam evidentes a intenção de ter com Chica um relacionamento com ares de matrimônio. O próprio número de filhos, 13 em 17 anos de união, já demonstra que o relacionamento deles era estável e que a média de um parto a cada 13 meses transforma em falsa a construção de Chica como lasciva. No final do capítulo, a autora mostra o apadrinhamento como

² João Felício dos Santos, *Xica da Silva*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

forma de reafirmar as alianças sociais e firmar as estratégias de clientelismo entre as pessoas de prestígio naquela sociedade. A partir desse elemento, evidencia-se a maneira paradoxal em que a família de João Francisco de Oliveira se inseria no seio da elite mineradora — aceita pela sociedade local, porém sem criar conexões com autoridades importantes da capitania, já que, na análise dos nomes dos escolhidos para batizar os filhos de Chica e João Fernandes, se nota a ausência de autoridades representativas, tanto da administração da capitania quanto do distrito. A partir dessas constatações, o leitor percebe que as uniões inter-raciais, na verdade, burlavam a estrutura extremamente fechada e racista da estrutura social mineradora. Nesse sentido, o caminho do branqueamento, tomado por Chica da Silva e por outras mulheres forras da região, aparece como mais uma estratégia perversa de sobrevivência de escravos, ex-escravos e de seus descendentes em uma sociedade de cunho racista. Já tendo sido insinuado, a partir da demonstração da função das relações de compadrio para a elite local, o papel do prestígio social naquela sociedade intensamente hierarquizada, os capítulos “Senhora do Tejuco”, “A vida no arraial” e “Minas de esplendor” são dedicados a comprovar como o espaço público era uma oportunidade de afirmação do papel social que a cada um cabia na sociedade

mineradora das Minas Gerais. Seguindo esse percurso, a autora demonstra o cotidiano do arraial e, sobretudo, o papel das negras forras nessa sociedade, descrevendo em detalhes os espaços da casa e da rua onde essas mulheres circulavam. A partir da descrição da arquitetura das casas, do mobiliário e das vestimentas das forras, percebe-se que a estratégia de seguir os valores e o refinamento das elites brancas era a regra. Entretanto, Júnia Furtado não deixa de enfatizar que a circulação das negras forras como mulheres da elite era vista pelos brancos como uma inversão da ordem social. Para compensar tal olhar negativo, as alforriadas como Chica costumavam esmerar-se no cuidado ao se vestir, ostentando no espaço da rua um vestuário rico e colorido, composto também por jóias de ouro, diamante, objetos de coral e outras pedras consideradas amuletos nas tradições africanas. Outra forma essencial de inserção da população alforriada era o acúmulo de capital através do plantel de escravos, demonstrando socialmente à elite branca da região que já não mais vivia do trabalho manual. Essa estratégia é vista pela autora como uma maneira de diminuir a desclassificação social devido à marca africana desses forros, por isso recorriam aos mesmos mecanismos de sobrevivência e de promoção social dos brancos. A partir dessa contextualização, a his-

toriadora Júnia Furtado desconstrói o mito de Chica como redentora dos escravos, demonstrando que a ex-escrava foi conservadora, pois seguiu as tendências de alforria de escravos da elite branca, alforriando em vida, pelo que a documentação traz à tona, somente Francisca, filha de sua escrava Catarina, na pia batismal. Dessa forma, fica evidente que Chica seguiu os padrões de alforria da época, concedida geralmente a algumas crianças. A maioria dos escravos adultos, por outro lado, comprava a própria alforria, e somente alguns poucos eram libertados gratuitamente, em retribuição aos serviços prestados e à fidelidade comprovada durante o cativeiro.

As irmandades religiosas também eram espaços de promoção social, por isso, para a historiadora, entender como as mulheres forras aí se integraram é uma maneira não só de compreender as instituições que compunham a sociedade mineradora do século XVIII, como também representa uma estratégia analítica para desfazer a idéia falsa de que Chica perdeu importância social depois da volta de João Fernandes de Oliveira ao reino, tendo em vista que continuou a participar ativamente, em cargos de direção, de algumas irmandades, sobretudo da Irmandade do Rosário, destinada a negros e mulatos.

Devido à proibição da instalação das ordens religiosas na região mineradora, as irmandades de leigos eram responsáveis pela construção de igrejas,

pela organização dos cultos e dos ritos católicos, por isso eram essenciais para a organização e a identificação dos indivíduos nos núcleos urbanos. Essas associações religiosas retratavam a estrutura hierárquica do século XVIII, distribuindo-se em irmandades de brancos e de negros. Na sociedade mineradora, marcada pela miscigenação, as mulheres forras e seus descendentes se filiaram também às irmandades de brancos. Por outro lado, para garantir o sustento das irmandades de negros, brancos ocupavam ali cargos de direção, construindo uma mútua troca de favores, já que obtinham prestígio social e, em contrapartida, acabavam por garantir a sobrevivência econômica dessas irmandades. Dessa forma, a inserção de Chica nos modelos cristãos de devoção não foi simplesmente mais um dos caminhos para o branqueamento cultural, mas, como bem diz a historiadora, “tornar pública sua aceitação sem restrições do catolicismo foi o modo pelo qual ela e seus descendentes alcançaram bom trânsito social no seio da elite branca e católica do arraial” (p. 182).

Outro componente que conferia prestígio social era a promoção da cultura artística e o investimento na educação formal dos filhos, com o intuito de galgar novos passos de ascensão social. Dentro dessa perspectiva, João Fernandes e Chica da Silva promoveram peças teatrais, as chamadas óperas, na chácara da Palha, uma das

suas propriedades. Lá também promoveram saraus musicais com uma banda de mulatos organizada pelo contratador, através da qual eram tocadas, sobretudo, modinhas com letras de sutil erotismo que evocavam geralmente amores impossíveis entre senhores brancos e escravas negras e mulatas. Compondo esse aspecto de promoção cultural, o casal de maior destaque no arraial do Tejuco também investiu pesadamente na educação formal dos filhos: os meninos a princípio estudaram no Tejuco, com professores locais, seguindo mais tarde para o Reino; já as nove meninas foram internadas no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Monte Alegre de Macaúbas, o melhor educandário da capitania, que abrigava filhas da elite branca mineira, mestiças nascidas das relações consensuais com mulheres de cor, viúvas, assim como mulheres casadas, que ali buscavam proteção e refúgio. Essa instituição religiosa, baseada em pedagogia de contrição e humildade, visava preparar as meninas para uma vida virtuosa, em que estariam aptas a escolher entre a vida religiosa ou o casamento honrado. A escolha de Chica e do contratador revela, portanto, a preocupação de encaminhar o futuro das filhas mestiças, buscando inseri-las no seio daquela sociedade hierarquizada. Os capítulos oito, nove e dez, respectivamente intitulados “Separação”,

“Disputas” e “Destinos”, objetivam descrever os motivos da ida de João Fernandes de Oliveira ao Reino e as conseqüências dessa separação, tanto para Chica da Silva quanto para os filhos do casal. Em meio a mudanças políticas importantes em Portugal, para a classe de negociantes na qual se inseria a família Oliveira, e à morte de João Fernandes de Oliveira pai, o contratador resolveu retornar ao Reino, sobretudo para lutar pela anulação do novo testamento de seu pai, que concedera à esposa Isabel Pires Monteiro direito à metade dos bens. O intrincado jogo de relações que unia os grandes homens de negócio, como o próprio contratador, à Coroa portuguesa, e o episódio da morte de seu pai desfazem a construção imaginária de que a saída de João Fernandes das Minas Gerais era uma retaliação real à atuação dele como contratador, um dos outros elementos das várias recriações ficcionais da vida de Chica da Silva. As disputas pelos bens se iniciaram entre o contratador e a viúva de seu pai, com infundáveis processos em que a família Oliveira saiu vitoriosa, enquanto o Marquês de Pombal estava no poder, enfatizando as trocas de favores entre os negociantes e os poderosos da corte, além da importância de João Fernandes dentro desse contexto econômico e social. Quando, em 1775, caiu doente, o contratador constituiu um morgado (Grijó), para dar continuidade ao processo de

notabilização da família, iniciado pelo sargento-mor, vinculando certos bens ao primogênito, sem que esse pudesse vendê-los, e destinando também, em testamento, um terço de todos os seus rendimentos aos demais filhos naturais. Depois da morte do contratador, em 1779, seu filho mais velho continuou a disputa com a viúva do sargento-mor Fernandes de Oliveira; entretanto, depois de 1777, com a morte de Dom José I e a ascensão de sua filha, Dona Maria I (fim da era pombalina), as relações da família Oliveira com os poderosos se transformaram e a viúva Isabel ganhou força na luta pela disputa da herança do sargento-mor. A situação só se definiu com a morte da viúva, em 1788, ano a partir do qual a rainha ordenou que fosse iniciada a meação dos bens entre os herdeiros do desembargador e ex-contratador João Fernandes de Oliveira. Dessa forma, iniciaram-se as disputas pela herança entre os descendentes do casal que viviam no Tejuco e o filho mais velho, passando a travar-se longa batalha pelo espólio do pai.

Os destinos dos filhos do casal revelam que o paradoxo perpassava pelas trajetórias dos mestiços, pois, se houve momentos em que a fortuna herdada e a importância do pai foram determinantes, noutras ocasiões a origem africana e a condição de ex-escrava da mãe pesaram nas vidas deles, já que a situação racial de nasci-

mento, o estigma e a menos-valia das origens africanas eram valores transferidos às futuras gerações naquela estrutura social. Os percursos dos filhos, portanto, demonstram que a tentativa de branqueamento como forma de inserção social representa, paradoxalmente, a perversidade de uma estrutura de sociedade baseada em mecanismos de exclusão calcados na cor, na raça e na condição de nascimento, ainda presentes, através de outra configuração, na estrutura social do Brasil contemporâneo.

O último capítulo, “Chica que manda”, descreve pormenorizadamente o processo de mitificação da escrava Chica da Silva, iniciado no século XIX, estendido, com inúmeras variantes, até fins do século XX e provavelmente início do XXI, mesmo após a publicação do estudo ora apresentado, sendo que a base do turismo na cidade de Diamantina, ainda hoje, é, provavelmente, calcada nas construções míticas da chamada senhora do Tejuco. Obviamente, nesta obra historiográfica, mito não é utilizado no sentido de narrativa simbólica tradicional, mas de crenças comuns de uma comunidade, no sentido de conferir importância histórica a eventos ou a personalidades sem se basear em fundamentos da realidade objetiva, acabando por preencher um passado histórico com o onirismo da imaginação. Dentro de tal construção discursiva e social, o espaço do ima-

ginário ganha tanta força que fica quase impossível delinear os limites entre a realidade e a ficção.

Esse é justamente o último esforço analítico da historiadora Júnia Furta-do em seu estudo: buscar delinear como esse mito apareceu, se solidificou e se perpetuou através dos tempos. Assim, ela argumenta que Chica da Silva aparece pela primeira vez como personagem histórica nas páginas do jornal local *O Jequitinhonha*, escritas pelo advogado Joaquim Felício dos Santos, depois reunidas no livro *Memórias do Distrito Diamantino*, publicado em 1868. Sua construção, enquanto a única mulher do século XVIII elevada a essa categoria, atendia à consolidação da família patriarcal em Minas Gerais, já que respondia simbolicamente ao fato de que escravas eram sensuais e licenciosas ao extremo, por isso era impossível manter-se com elas laços afetivos estáveis. Dentro de tal concepção, Chica passou a encarnar o estereótipo negativo da mulher negra ou da escrava perversa e amedrontadora. A partir daí, o mito ganhou força com uma historiografia que pouco mudou a imagem da ex-escrava. Seguindo esse movimento, no início do século XX, Chica da Silva já era figura lendária, sobretudo em Diamantina.

Em meio a versões e contraversões, o mito foi renovado, em fins da década de 1940, como símbolo da região em que o político Juscelino Kubitschek

nasceu. Nesse movimento de revitalização da personagem, sua casa foi tombada em 1950 e alguns estudos historiográficos sobre a cidade ressaltavam a imagem da ex-escrava sem tanta fundamentação documental, já que as informações fornecidas por Joaquim Felício dos Santos se tornaram praticamente a única fonte dos fatos. Dessa forma, construções negativas e positivas se alternavam na constituição de uma espécie de mitologia historiográfica sobre a ex-escrava Francisca da Silva de Oliveira.

Importante para a difusão do mito foi a passagem da historiografia para a ficção. Assim, desde a década de 1950, com o *Romanceiro da inconfidência*, de Cecília Meireles,³ que, apesar de se deter no movimento dos inconfidentes da chamada capitania de Minas Gerais, acabou por dedicar os cantos XIII a XIX ao casal Chica da Silva e João Fernandes de Oliveira, até a telenovela *Chica da Silva*, produzida em 1996/1997, na Rede Manchete, o mito se massificou e se perverteu, transformando a personagem histórica em mera máquina erótica, construção que ignorava completamente a importância da trajetória da escrava para lançar luz sobre as relações raciais no espaço geográfico das Minas Gerais e, de maneira mais ampla, no Brasil como um todo.

³ Cecília Meireles, *Romanceiro da inconfidência*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1953.

Nesse sentido, o romance *Xica da Silva*, de João Felício dos Santos, sobrinho-neto do primeiro homem a construir histórico-miticamente a escrava, foi fundamental para as reapropriações erotizadas no filme de Cacá Diegues e na telenovela exibida entre setembro de 1996 e agosto de 1997, escrita por Walcyr Carrasco. A sensualização criada por João Felício se relaciona à conjuntura sócio-histórica da década de 1970, momento em que a revolução sexual liberta a mulher das imagens de recato e de confinamento ao lar, mas não a liberta de visões masculinas, demonstrando que as construções historiográficas ou ficcionais do mito de Chica da Silva estão atreladas aos valores e às visões de mundo dos diferentes períodos em que o mito tem sido reatualizado em nosso processo histórico.

Tendo em vista tudo o que foi apresentado acerca do livro de Júnia Ferreira Furtado, evidencia-se que a autora conseguiu cumprir seu intento de descortinar as contradições inerentes ao mito de Chica da Silva, através de farta documentação e de uma argumentação segura, construída a partir das fontes analisadas.

O leitor, a partir da criteriosa pesquisa realizada pela historiadora, tem condições de inferir questões que não foram aprofundadas, como, por exemplo, pensar sobre o que não foi dito

pela pesquisadora ao analisar o número semelhante de mulheres forras e homens brancos como chefes de família. Acerca dessa questão, Júnia Furtado enfatiza a ascensão e a circulação social das mulheres forras daquela região, sem se deter na constituição da maioria das famílias mestiças que se estende até a atualidade, em que a ausência do pai e a chefia da mãe podem ser ainda uma marca de vergonha ou uma demonstração do valor inferior dos descendentes de africanos em uma sociedade marcada ideologicamente pelo desejo de branqueamento, ou relativizar a assunção irrestrita da religião católica pelos negros e mestiços forros na Demarcação Diamantina do século XVIII, tendo em vista que as marcas da ocultação de religiões de matrizes africanas apareciam nas vestimentas, através de amuletos sagrados sob as roupas, demonstrando que o espaço da rua, naquela sociedade, era consagrado estritamente ao catolicismo, norma social que acabou por reduzir o aparecimento público de outras religiões.

Justamente por proporcionar que o leitor deduz questões que não foram aprofundadas, a obra *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito* mostra-se um fértil estudo historiográfico, a partir do qual inúmeros outros certamente poderão inspirar-se.

Fabiana de Lima Peixoto

Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos - UFBA